



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA**

**ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO**

**FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS: IMPACTOS DA MISTURA ENTRE AS  
FINANÇAS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

**ARIQUEMES - RO  
2025**

**ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO**

**FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS: IMPACTOS DA MISTURA ENTRE AS  
FINANÇAS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Artigo científico apresentado ao Centro Universitário FAEMA (UNIFAEMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração.

Orientador(a): Prof. Esp. Alisson Paulinelli Ben Silva.

**ARIQUEMES - RO  
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Centro Universitário Faema - UNIFAEMA

Gerada mediante informações fornecidas pelo(a) Autor(a)

---

F314f FELICIANO, Aline Beatriz da Silva

Finanças pessoais e empresariais: impactos da mistura entre as finanças na gestão de micro e pequenas empresas/ Aline Beatriz da Silva Feliciano – Ariquemes/ RO, 2025.

27 f.

Orientador(a): Prof. Esp. Alisson Paulinelli Ben Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Faema - UNIFAEMA

1. Confusão patrimonial. 2. Finanças empresariais. 3. Sustentabilidade financeira. I. Silva, Alisson Paulinelli Ben. II. Título.

CDD 658

---

Bibliotecário(a) Poliane de Azevedo

CRB 11/1161

**ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO**

**FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS: IMPACTOS DA MISTURA ENTRE AS  
FINANÇAS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Artigo científico apresentado ao Centro Universitário FAEMA (UNIFAEMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração.

Orientador(a): Prof. Esp. Alisson Paulinelli Ben Silva.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Alisson Paulinelli Ben Silva (orientador)  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

---

Prof. Ma. Rita Cristina Marena Fernandes (examinador)  
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

---

Prof. Me. Artur Romão Rocha (examinador)  
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

**ARIQUEMES - RO  
2025**

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
familiares e amigos, que me apoiaram  
e incentivaram a seguir em frente com  
meus objetivos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, proteção e sabedoria concedidas em todos os momentos desta caminhada. Sem sua presença, nada disso seria possível.

Aos meus pais pelo amor, pela educação e pelo apoio incondicional que sempre me ofereceram. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos, mesmo quando eles pareciam distantes.

Ao meu esposo, Carlos, por toda paciência, compreensão e incentivo durante esta etapa desafiadora. Seu apoio tornou o percurso mais leve.

Aos meus filhos, Augusto e Anna, que são minha maior motivação diária. Cada conquista é também de vocês.

À minha melhor amiga, Gleissy Kelly, pela parceria, pelas palavras de ânimo e por nunca me deixar desistir. Sua amizade foi essencial em muitos momentos desta jornada.

Agradeço ao meu orientador Prof. Alisson Ben, pela orientação competente, pela dedicação e por todas as contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização de mais um sonho.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. PANORAMA NACIONAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....</b>	<b>11</b>
<b>3. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....</b>	<b>14</b>
<b>4. DISTINÇÃO ENTRE FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS .....</b>	<b>15</b>
4.1. IMPACTO E CAUSAS DA JUNÇÃO ENTRE FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS.....	16
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>19</b>
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>21</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO A - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PLÁGIO .....</b>	<b>27</b>

## **FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS: IMPACTOS DA MISTURA ENTRE AS FINANÇAS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

## ***PERSONAL AND BUSINESS FINANCE: IMPACTS OF MIXING FINANCES ON THE MANAGEMENT OF MICRO AND SMALL ENTERPRISES***

**Aline Beatriz da Silva Feliciano<sup>1</sup>**  
**Alisson Paulinelli Ben Silva<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A falta separação, mistura ou a ausência entre finanças pessoais e empresariais, mesmo que resulte em impactos para o negócio, é uma prática recorrente entre micro e pequenos empreendedores. A confusão patrimonial entre essas duas esferas compromete a gestão financeira, a transparência contábil e a sustentabilidade dos negócios. A pertinência do tema decorre do fato de que, embora o Brasil registre elevados níveis de atividade empreendedora, o país também se destaca por índices preocupantes de encerramento precoce de pequenos negócios. Observa-se que a fragilidade das micro e pequenas empresas está associada, em grande medida, à inexistência de uma cultura sólida de gestão financeira, na qual a mistura entre recursos pessoais e empresariais ainda é vista como prática comum. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi analisar os impactos da ausência de separação entre finanças pessoais e empresariais na gestão de micro e pequenas empresas brasileiras. Este estudo se propôs a compreender os fatores que levam os empreendedores a unificarem suas finanças, examinar os impactos decorrentes dessa junção e identificar práticas e estratégias de gestão capazes de prevenir tais distorções. A pesquisa adotou uma metodologia de revisão narrativa, fundamentada em coleta bibliográfica e documental de produções acadêmicas publicadas nos últimos dez anos. Os resultados evidenciaram impactos como perda do controle financeiro, distorção dos demonstrativos contábeis, endividamento, falta de planejamento, problemas fiscais e legais, e fragilidade na imagem e governança empresarial. Conclui-se que a separação das finanças é essencial para a profissionalização da gestão e para a sustentabilidade das micro e pequenas empresas, sendo necessária a adoção de boas práticas administrativas, planejamento financeiro e educação empreendedora.

**Palavras-chave:** confusão patrimonial; finanças empresariais; sustentabilidade financeira.

### **ABSTRACT**

The separation between personal and business finances, even if it results in impacts for the business, is a recurring practice among micro and small entrepreneurs. The commingling of assets between these two spheres compromises financial management, accounting transparency, and business sustainability. The relevance of the topic stems from the fact that, although Brazil registers high levels of entrepreneurial activity, the country also stands out for worrying rates of premature closure of small businesses. It is observed that the fragility of micro and small enterprises is largely associated with the lack of a solid financial management culture,

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Administração. Centro Universitário FAEMA - Unifamea. Email: aline.54096@unifaema.edu.br

<sup>2</sup> Bacharel em Administração. Docente. Centro Universitário FAEMA - Unifamea. Email: silva.alisson@outlook.com.br

in which the mixing of personal and business resources is still seen as a common practice. From this perspective, the objective of this study was to analyze the impacts of the absence of separation between personal and business finances on the management of Brazilian micro and small enterprises. In this sense, this study aims to understand the factors that lead entrepreneurs to unify their finances, examine the impacts resulting from this merging, and identify management practices and strategies capable of preventing such distortions. This research adopted a narrative review methodology, based on bibliographic and documentary data from academic publications released in the last ten years. The results highlighted impacts such as loss of financial control, distortion of accounting statements, indebtedness, lack of planning, tax and legal problems, and fragility in corporate image and governance. It concludes that separating finances is essential for professionalizing management and for the sustainability of micro and small enterprises, requiring the adoption of good administrative practices, financial planning, and entrepreneurial education.

**Keywords:** commingling of assets. corporate finance. financial sustainability.

## 1. INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica global atual é volátil, logo, a gestão financeira é considerada de relevo tanto das organizações quanto da vida pessoal dos indivíduos. O avanço do capitalismo informacional e a instabilidade dos mercados exigem do sujeito competências financeiras para além ato de administrar recursos, como planejamento, racionalidade e capacidade de tomada de decisão fundamentada. Nesse cenário, faz-se necessário, para qualquer empresário, a compreensão das dinâmicas que regem as finanças pessoais e empresariais para a sustentabilidade econômica e para a consolidação de trajetórias empreendedoras.

O contexto brasileiro, contudo, apresenta uma assimetria preocupante entre o ímpeto empreendedor e o déficit de educação financeira. Conforme levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016), o Brasil ocupa posições inferiores nos índices de alfabetização financeira, o que reverbera sobre a administração dos pequenos empreendimentos.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023) destaca que o aumento do empreendedorismo no país tem se dado, muitas vezes, por necessidade e não por oportunidade, resultando, segundo Catarino, Santos e Silva (2024), em uma massa de empresários sem formação adequada em gestão financeira, produzido um cenário de vulnerabilidade, no qual decisões iracionais, ausência de planejamento e confusão entre as esferas pessoal e corporativa comprometem o desempenho econômico das organizações.

No plano teórico-administrativo, Chiavenato (2017) enfatiza que a perenidade organizacional depende da clareza nos controles internos, da mensuração de resultados e da

distinção entre o capital do proprietário e o capital da empresa, princípio também sustentado pela Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelece a autonomia patrimonial da entidade.

Todavia, na prática, a realidade dos micros e pequenos empresários brasileiros ainda reflete uma visão rudimentar de gestão, com a mistura de contas, ausência de contabilidade formal e falta de planejamento estratégico-financeiro, o que resulta na inviabilidade de análise de rentabilidade e fluxo de caixa.

Segundo Lucena (2025), no Brasil, as microempresas representam uma mola propulsora para a economia, tendo um papel importante na geração de empregos e renda. As autoras citam que a influência dessas empresas poderiam ser ainda maiores, se não fosse o elevado índice de mortalidade.

Delimita-se, portanto, o presente estudo à análise da dissociação entre as finanças pessoais e empresariais, tendo como foco os micro e pequenos empresários brasileiros. A partir desse contexto, o estudo busca responder a seguinte pergunta: quais são os impactos da mistura entre finanças pessoais e empresariais na gestão financeira de micro e pequenas empresas?

A escolha do tema justifica-se pelo fato de que, embora o Brasil apresente índices expressivos de empreendedorismo, também figura entre os países com altas taxas de mortalidade empresarial, pois, segundo dados Sebrae (2023), as microempresas têm alta taxa de mortalidade entre os pequenos negócios e que 21,6% fecham após 5 anos de atividade. As empresas de pequeno porte têm uma taxa de mortalidade um pouco menor, que representam 17% entre os Pequenos Negócios.

Cumpre aqui destacar que a falência precoce de micro e pequenas empresas decorre, em parte, da ausência de uma cultura de gestão financeira estabelecida, na qual a confusão entre o patrimônio pessoal e o empresarial ainda é tratada com naturalidade. Assim, compreender essa problemática é importante no campo da Administração, visto a área visa, dentre diversas disciplinas, a compreensão da educação financeira e ao fortalecimento do empreendedorismo sustentável.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é analisar os impactos da ausência de separação entre finanças pessoais e empresariais na gestão de micro e pequenas empresas brasileiros. Como objetivos específicos: identificar as principais causas que levam micro e pequenos empreendedores a misturarem finanças pessoais e empresariais, analisar os impactos gerados pela junção das finanças pessoais e empresariais, verificar boas práticas e estratégias de gestão financeira.

## 2. PANORAMA NACIONAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O empreendedorismo no Brasil tem crescido, impulsionando a economia e gerando empregos e renda (Marques; Teixeira, 2025). O termo “empreendedorismo” apresenta uma diversidade de definições, que conforme Cineglaglia et al. (2021), desde a criação de novos negócios até a inovação das organizações, assim como envolve os aspectos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos. Carreira et al. (2015, p. 3) traz em seu estudo sua concepção do termo empreendedorismo e complementa a discussão no que se refere ao seu conceito:

A noção de empreendedorismo considera aquelas pessoas que geram ou aproveitam oportunidades na sociedade e, a partir disso, desenvolvem uma atividade econômica organizada, criando valor para si e para a sociedade [...] essas pessoas são responsáveis pelo desenvolvimento pessoal e da sociedade, chamando a atenção pelos resultados que elas alcançam. O empreendedor é uma das pessoas-chave de seu sistema econômico, visto que este é quem porta consigo próprio o processo de inovação, que permite revoluções nas estruturas econômicas e sociais, mediante o processo chamado pelo autor de “destruição criadora”, a substituição de antigos produtos (bens e serviços) por novos

Entende-se, portanto, que empreendedorismo se trata do envolvimento de processos e pessoas, que em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades de negócio. Nesse sentido, corroborando com o autor supracitado, Assunção e Anjos (2018) pontuam que, o empreendedorismo corresponde ao comprometimento dos indivíduos que identificam oportunidades e as transformam em um negócio lucrativo, com o propósito de atender às necessidades dos seus clientes.

Nesse âmbito, o empreendedorismo é visto como um evento que está associado com a criação e abertura de empresas, através de uma oportunidade ou até mesmo por necessidade de sobrevivência, o que capacita uma pessoa a desenvolver habilidades, como a de resolver problemas e construir o seu próprio futuro, ou seja, gerar capital social e humano (Carreira et al., 2015).

De acordo com os critérios do Sebrae, as empresas são classificadas conforme o porte e a receita bruta anual, além do número de empregados, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 definida pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Tabela 1 e 2).

**Tabela 1** – Classificação segundo o faturamento anual.

Categoria	Faturamento Bruto Anual (R\$)
Microempreendedor Individual (MEI)	Até R\$ 81.000,00
Microempresa (ME)	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De R\$ 360.000,01 a R\$ 4.800.000,00
Empresa de Médio Porte	De R\$ 4.800.000,01 a R\$ 300.000.000,00
Empresa de Grande Porte	Acima de R\$ 300.000.000,00

Fonte: Adaptado de Brasil (2006) e Sebrae (2025).

**Tabela 2** – Critério de porte por número de empregados.

Categoria	Comércio e Serviços	Indústria e Construção
Microempresa (ME)	até 9 empregados	até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	de 10 a 49 empregados	de 20 a 99 empregados
Empresa de Médio Porte	de 50 a 99 empregados	de 100 a 499 empregados
Empresa de Grande Porte	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Fonte: Adaptado de Brasil (2006) e Sebrae (2025).

Segundo Assunção e Anjos (2018), a Microempresa (ME) caracteriza-se por operações de pequeno volume, estrutura administrativa simples e controle direto do proprietário, sendo predominante em atividades locais. E a Empresa de Pequeno Porte (EPP) já apresenta maior formalização e necessidade de gestão estruturada, embora mantenha forte dependência do empreendedor.

Nas palavras de Benício, Oliveira e Sousa (2017), as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), definidas aqui como pequenas empresas as denominadas empresas de pequeno porte, tem substancial relevo na economia brasileira. Pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados em seu estudo, elas são responsáveis por cerca de 67% do total de pessoal ocupado, por 25% do Produto Interno Bruto (PIB), por 99% dos aproximadamente 6 milhões de estabelecimentos formais no país e pela geração de 14 milhões de empregos.

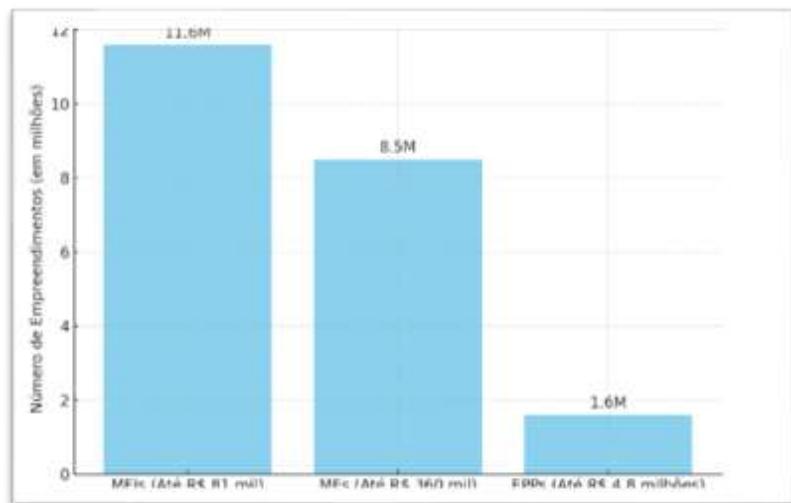
Conforme apresentado pelo Sebrae (2024), as microempresas representavam 31,3% e as empresas de pequeno Porte 5,34% do total de empresas ativas no Brasil, em que só de analisar a representatividade desses dados já demonstra a importância delas no país. Além disso, essa instituição também cita em seu portal que no ano de 2022 as MPEs foram responsáveis por cerca de 80% dos empregos criados no país, o que novamente reforça a importância nacional dessas empresas, inclusive na geração de empregos e movimentação da economia nacional.

De acordo com os dados mais atuais divulgados pelo Sebrae (2025), estima-se que 97% das empresas do país sejam classificadas como micro ou pequenas, enquanto apenas 3% se enquadram nas categorias de médias ou grandes empresas. Esse número é responsável por 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, evidenciando sua relevância no desenvolvimento econômico e social do país.

No total, o Brasil conta com 21,7 milhões de pequenos negócios ativos, o que demonstra o dinamismo do empreendedorismo nacional. Desses, 11,6 milhões correspondem aos

Microempreendedores Individuais (MEIs), categoria voltada a trabalhadores autônomos com receita bruta anual de até R\$ 81 mil. Já as Microempresas (MEs), que possuem faturamento anual de até R\$ 360 mil, somam 8,5 milhões de empreendimentos. Por fim, as Empresas de Pequeno Porte (EPPs), com receita entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões por ano, representam cerca de 1,6 milhão de unidades empresariais (Sebrae, 2025), como mostra o Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição de Pequenos Negócios no Brasil conforme dados do Sebrae de 2025



Fonte: Adaptado de Sebrae (2025)

Apesar da representatividade nacional, as Micro e Pequenas empresas, tem uma taxa de mortalidade alta, em que foi realizado um estudo em parceria com a Receita Federal do Brasil e o SEBRAE (2023), apresentou que as Microempresas (ME) têm alta taxa de mortalidade entre os Pequenos Negócios e que 21,6% fecham após 5 anos de atividade. As Empresas de Pequeno Porte (EPP) têm uma taxa de mortalidade um pouco menor, que representam 17% entre os Pequenos Negócios, no mesmo período.

O encerramento de pequenos negócios no Brasil é resultado de uma combinação de fatores econômicos, estruturais e de gestão (Sebrae, 2024). Dos quais, destaca-se, de forma recorrente, segundo Fideles e Moraes (2025), a ausência de planejamento estratégico-financeiro, elemento de relevo para a sustentabilidade organizacional. A gestão financeira deficiente compromete a capacidade das empresas de administrar recursos, prever cenários e tomar decisões fundamentadas, gerando desequilíbrios orçamentários que culminam na descontinuidade das atividades empresariais.

A inexistência da gestão financeira conduz o empresário à administração intuitiva, baseada em percepções subjetivas e decisões reativas, o que torna o empreendimento vulnerável

às oscilações do mercado e aos imprevistos de liquidez (Cassiolato, 2022), aspecto este que será melhor tratado no próximo tópico.

### **3. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

De acordo com Melo (2024), a gestão financeira é o processo de aquisição e alocação de recursos visando maximizar o valor da empresa e assegurar sua sustentabilidade no longo prazo. Nessa perspectiva, o gestor financeiro atua como mediador entre o capital disponível e as necessidades operacionais, devendo conciliar liquidez, rentabilidade e risco. Assim, a função refere-se à controle de caixa, mas compreende, também, um conjunto de decisões estratégicas que permeiam todo o sistema organizacional.

Para Lima et al. (2020), a gestão financeira é como um sistema dinâmico de decisões interdependentes, orientadas à criação de valor econômico e à manutenção da solvência da empresa. Os autores ressaltam que a saúde financeira de um empreendimento não depende apenas da geração de receitas, mas da forma como os fluxos de caixa são administrados, das políticas de investimento e de financiamento adotadas, bem como do controle de custos e da análise de rentabilidade.

Sob uma ótica mais ampla, Ross et al. (2015) conceituam a gestão financeira como o campo da administração que trata da decisão sobre investimentos, financiamento e dividendos, conhecidos como as “três decisões fundamentais das finanças corporativas”. Esses autores destacam que o objetivo da gestão financeira é maximizar a riqueza dos acionistas, o que, nas empresas de menor porte, pode ser traduzido como maximização da lucratividade e perpetuidade do negócio.

Dessa forma, corroborando com os autores supracitados, Melo (2024) explica que a gestão financeira atua como instrumento de racionalização econômica, integrando o planejamento estratégico, a controladoria e a contabilidade gerencial, e constituindo-se em elemento vital para a tomada de decisão.

Por sua vez, Chiavenato (2017) argumenta que a gestão financeira adentra o núcleo do processo administrativo, pois dela derivam as condições materiais de execução das demais funções organizacionais, como planejar, organizar, dirigir e controlar. Para o autor, a eficiência da gestão financeira traduz-se na capacidade de transformar o capital disponível em resultados produtivos, assegurando o equilíbrio entre entradas e saídas de recursos e garantindo a sobrevivência empresarial diante das oscilações do ambiente econômico.

Conforme enfatiza Lemes (2017), a administração financeira em organizações de menor porte deve ser pautada pela otimização de recursos escassos, garantindo que cada unidade monetária investida produza retorno proporcional. Essa racionalidade econômica é determinante para a sobrevivência dessas empresas, que operam em um ambiente de elevada instabilidade e com baixo acesso a crédito.

Assim, a gestão financeira atua como um mecanismo de controle e previsibilidade, permitindo ao empreendedor antecipar oscilações no fluxo de caixa e ajustar o planejamento operacional às contingências do mercado (Bernardes et al., 2019).

De acordo com Fideles e Moraes (2025), mesmo em empresas de pequeno porte, o planejamento financeiro deve abranger a projeção de receitas, a definição de metas de lucratividade e a análise de riscos. No entanto, a simplicidade estrutural das MPEs requer métodos de controle adaptados à sua escala e capacidade técnica.

Ferramentas como o fluxo de caixa projetado, o ponto de equilíbrio e os indicadores de liquidez e rentabilidade fazem-se necessários para orientar decisões diárias, desde o momento de reinvestir lucros até a necessidade de recorrer a capital de terceiros. Ainda que os volumes financeiros sejam modestos, a aplicação disciplinada desses instrumentos é capaz de gerar solidez e sustentabilidade, evitando o colapso diante de crises momentâneas de liquidez (Catarino; Santos; Silva, 2020).

Nesse sentido, nas micro e pequenas empresas, a gestão financeira deve incluir a definição do pró-labore do empreendedor, que é a remuneração fixa pelo trabalho desempenhado, e a distinção entre finanças pessoais e empresariais, evitando a confusão patrimonial que compromete a análise dos resultados (Cassiolato, 2022). A distinção entre finanças pessoais e empresariais é essencial para a saúde financeira do negócio e constitui objeto deste estudo, sendo melhor compreendida no próximo tópico.

#### **4. DISTINÇÃO ENTRE FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS**

O termo finanças refere-se ao conjunto de práticas, instrumentos e decisões voltados à administração dos recursos monetários, sejam eles de indivíduos, famílias, empresas ou instituições (Chiavenato, 2017). De acordo com Lemes (2017), as finanças englobam o processo de planejamento, captação, alocação e controle de recursos, tendo como propósito assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como a maximização do valor econômico ao longo do tempo.

As finanças empresariais, também denominadas finanças corporativas, correspondem às finanças que trata da gestão dos recursos no âmbito organizacional, com vistas à

maximização do valor da empresa e à sustentabilidade econômica de suas operações (Catarino; Santos; Silva, 2020). Segundo Ross et al. (2015), as decisões financeiras empresariais se dividem em três dimensões: as decisões de investimento (aplicação de recursos), as decisões de financiamento (origem dos recursos) e as decisões de dividendos (distribuição dos resultados).

A eficiência dessas decisões determina o desempenho econômico da organização e sua capacidade de crescimento no longo prazo. Nesse sentido, as finanças empresariais envolvem tanto o controle cotidiano de caixa quanto o planejamento estratégico, a análise de viabilidade e o gerenciamento de riscos, constituindo o núcleo racional da administração moderna (Catarino; Santos; Silva, 2020).

As finanças pessoais dizem respeito à forma como o indivíduo administra seus próprios recursos financeiros, buscando conciliar suas necessidades imediatas com metas de longo prazo (Silva et al., 2021). De acordo com Dessen (2014), a gestão das finanças pessoais abrange o planejamento de receitas, despesas, investimentos e reservas, com o objetivo de assegurar estabilidade e bem-estar econômico.

Conforme Silva et al. (2021), envolve, portanto, decisões relacionadas a consumo, poupança, endividamento e investimento, as quais refletem diretamente no padrão de vida e na segurança financeira do indivíduo. Nesse contexto, a educação financeira faz-se determinante, pois capacita o sujeito a compreender os efeitos de suas escolhas e a agir de maneira racional frente às restrições de orçamento e às oportunidades de mercado.

Para os empreendedores, a distinção entre finanças pessoais e empresariais é importante, pois eles devem compreender que o patrimônio da empresa não se confunde com o seu patrimônio próprio, conforme estabelece o Princípio da Entidade (CFC, 1993). Quando o empreendedor falha em estabelecer essa separação, prática mais recorrente nas micro e pequenas empresas, compromete a análise financeira, o controle do fluxo de caixa e a sustentabilidade do empreendimento. O próximo tópico se dedica a analisar essa problemática.

#### 4.1. IMPACTO E CAUSAS DA JUNÇÃO ENTRE FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS

Um dos erros mais recorrentes entre os empreendedores das micro e pequenas empresas é a não separação entre as finanças pessoais e empresariais. O que, à primeira vista, parece uma questão simples de organização, adquire caráter cumulativo e de difícil reversão ao longo do tempo, comprometendo a saúde financeira do negócio e a estabilidade do próprio empreendedor. Como destaca Bernardes et al. (2019), a confusão contábil e administrativa está

como um dos entraves à sustentabilidade das pequenas empresas no Brasil, gerando descontrole financeiro, endividamento e perda de clareza sobre o desempenho real da organização.

De acordo com Silva et al. (2021), os principais fatores que levam os empreendedores a misturarem suas finanças estão relacionados a crises financeiras pessoais, falta de capital de giro e ausência de planejamento estratégico.

Em períodos de instabilidade econômica, é comum que o empresário utilize recursos da empresa para cobrir despesas domésticas, acreditando ser uma solução temporária. Contudo, essa prática cria um ciclo vicioso de dependência financeira, no qual a empresa passa a sustentar o padrão de vida do proprietário, enfraquecendo sua liquidez e comprometendo sua capacidade de reinvestimento. Além disso, a ausência de instrumentos de controle como fluxo de caixa, pró-labore definido e reservas de contingência agrava esse cenário (Camilo; Sprenger, 2023).

Hugentobler e Heidrich (2020) pontuam sobre o desconhecimento em gestão financeira e contábil, muito presente entre microempreendedores que iniciam seus negócios de forma empírica, sem formação gerencial adequada. Conforme observa Lemes (2017), o empreendedor brasileiro tende a focar na operação e nas vendas, negligenciando o planejamento e o controle financeiro, o que o leva a tratar a empresa como uma extensão de sua vida pessoal.

Contudo, segundo Magalhães, Amaral e Rodrigues (2020), comentam que essa distorcida impede a profissionalização da gestão e reduz a capacidade de expansão do negócio. Assim, a mistura entre as finanças pessoais e empresariais além de ser um erro administrativo, é também reflexo de lacunas educacionais e comportamentais dos empresários que tem pouco preparo para empreender.

Camilo e Sprenger (2023), discorrem sobre as formas mais comuns pelas quais ocorre a junção entre finanças pessoais e empresariais, que, embora sutis em um primeiro momento, tornam-se fontes de desequilíbrios, como o uso de contas bancárias e cartões pessoais para movimentações empresariais, o que impede o rastreamento das transações e inviabiliza a elaboração de demonstrativos financeiros fidedignos. Igualmente recorrente é o pagamento de despesas particulares com recursos da empresa que contraria o Princípio da Entidade previsto pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC nº 750/93).

Nessa perspectiva, há de destacar o pró-labore irregular, caracterizado por retiradas desproporcionais e sem registro formal, o que desequilibra o fluxo de caixa (Silva et al., 2021), soma-se a isso o uso de empréstimos em nome do sócio para custear atividades empresariais (Magalhães; Amaral; Rodrigues, 2020). Camilo e Sprenger (2023) pontuam que também é comum que os empreendedores utilizem bens pessoais como garantias de operações de crédito empresariais.

No que se refere aos impactos decorrentes da junção entre finanças pessoais e empresariais, Rodrigues et al. (2024) destaca que a prática gera uma série de distorções contábeis e administrativas que comprometem a credibilidade e a sustentabilidade do negócio. Entre os principais efeitos, observam-se as chamadas “contas maquiadas”, isto é, demonstrações financeiras que não refletem a realidade econômica da empresa.

Quando o empreendedor realiza retiradas indevidas ou deixa de aportar recursos no momento necessário, o resultado é um desequilíbrio que, a médio prazo, inviabiliza o funcionamento saudável da organização, o que afeta a capacidade de planejamento e o monitoramento do desempenho empresarial (Sebrae, 2021).

Magalhães, Amaral e Rodrigues (2020) pontua como impacto a falta de transparência nas contas. A ausência de dados confiáveis e registros precisos gera insegurança em potenciais investidores e instituições financeiras, que passam a enxergar o empreendimento como de alto risco. A imagem da empresa, portanto, sofre danos que extrapolam o âmbito interno e alcançam o mercado, limitando o acesso a crédito e a oportunidades de expansão.

Como aponta o Sebrae (2021), o empresário acaba tornando-se refém do fluxo de caixa, utilizando o capital da empresa para suprir despesas pessoais e vice-versa, o que cria uma dependência financeira perigosa, e que pode levar ao acúmulo de dívidas híbridas, ora corporativas, ora particulares, que podem transformar-se em uma “bola de neve”. Nesse cenário, o empreendedor perde a clareza sobre o que pertence ao negócio e o que é de seu uso pessoal, comprometendo não a sustentabilidade financeira e a governança e a confiabilidade da gestão.

Hugentobler e Heidrich (2020, p. 162) ampliam a compreensão dos impactos em seu estudo e trazem uma lista dessas repercussões:

- a) Perda do controle financeiro da empresa: ao pagar as despesas pessoais com o dinheiro da empresa, o empreendedor não terá em mãos o resultado que o negócio efetivamente está gerando. Seus relatórios e demonstrativos não irão condizer com a realidade do estabelecimento.
- b) Não ter visibilidade dos gastos: sem um controle das finanças, o empresário não consegue organizar seus gastos. Essa questão prejudica o empreendimento, pois, na tentativa de obter lucro, o empreendedor acaba cortando gastos importantes do negócio, que poderiam ajudar a empresa a crescer.
- c) Problemas com a Receita Federal: as confusões geradas pela mistura da conta pessoal e empresarial dão a sensação de irregularidades na empresa. Essa questão desperta atenção da fiscalização. Em função disso, a organização poderá ser multada e sofrer punições previstas na lei.
- d) Nunca haverá planejamento de ambos os lados: a desorganização com as receitas afeta os dois lados. Não haverá planejamento na vida pessoal nem da empresa. Ficará mais complicado ter caixa para investimentos, possibilitando o endividamento das duas partes.

Dessa forma, conforme os autores supracitados, os impactos incluem: perda do controle financeiro, falta de visibilidade dos gastos, problemas fiscais, inviabilidade de planejamento

financeiro em ambas as esferas, falta de credibilidade, sustentabilidade e capacidade de expansão (Hugentobler; Heidrich, 2020).

Rodrigues et al. (2024, p. 14-15) corroborando com os autores supracitados explica que a “as contas empresariais devem permanecer sob responsabilidade exclusiva da empresa, sem qualquer vínculo com contas pessoais”, mas quando isso não acontece, o empreendedor pode “perder o controle sobre o que representa o lucro real do negócio e o que corresponde a retiradas pessoais, além de obter uma visão distorcida do patrimônio, o que pode levar a decisões impulsivas que comprometem o crescimento da organização”.

Correlacionado ao que os autores anteriores mencionaram, essa confusão nas finanças pode resultar, segundo Costa (2022), na distorção na especificação de produtos e serviços, pois, sem um controle rigoroso das despesas reais do negócio, o empreendedor pode definir preços baseados em percepções e não em dados concretos, comprometendo a margem de lucro e a competitividade da empresa.

Além disso, segundo Catarino, Santos e Silva (2021), ocorre a redução da capacidade de reinvestimento, uma vez que recursos que deveriam ser destinados à expansão, modernização ou inovação acabam sendo desviados para cobrir gastos pessoais, estagnando o crescimento organizacional.

Canton e Barichello (2019), também há consequências emocionais e comportamentais, pois, a pressão psicológica sobre o empreendedor tende a aumentar, uma vez que ele se vê imerso em um ambiente de incerteza recorrente, sem distinção entre o que pertence à empresa e o que constitui sua renda pessoal. Jesus (2025) discorre que a confusão financeira leva à inconsistência tributária e contábil, o que pode comprometer o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas, gerando autuações, multas e impedimentos legais.

Entende-se, portanto que, a junção entre finanças pessoais e empresariais é uma falha estrutural de gestão, que afeta a sobrevivência, o crescimento e a legitimidade das micro e pequenas empresas no cenário econômico nacional.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No presente trabalho, o método adotado foi a revisão narrativa, que como bem discute Gil (2002), a revisão narrativa foca na descrição e discussão do estado da arte do tema da pesquisa. É um tipo de síntese que privilegia a contextualização do tema, a discussão teórica e a evolução de conceitos.

A coleta foi por meio de análise bibliográfica e documental, sendo a bibliográfica através de livros, artigos científicos, monografias, teses e demais produções científicas do meio acadêmico, e a documental por meio de relatórios e dados oficiais sobre empreendedorismo, micro e pequenas empresas, etc.

Para seleção das produções científicas, utilizou-se bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, além do site do Sebrae, OCDE e outros. Como palavras-chaves, foram utilizadas: finanças pessoais, finanças empresariais, micro e pequenas empresas,

Como critérios de inclusão, foram considerados nesse estudo, produções científicas dos últimos 10 anos de publicação (2015 a 2025), disponíveis na íntegra, em formato online, publicados em periódicos nacionais e/ou internacionais de acesso gratuito, redigidos em português, inglês ou espanhol, com metodologias diversas, aceitando-se estudos de caso, aplicados e revisões bibliográficas, que estão direcionados a gestão financeira de forma geral e na distinção de finanças pessoais e empresariais de micro e pequenas empresas. Como critérios de exclusão, considerou-se estudos que não apresentarem relação com a temática da pesquisa, projetos de pesquisa, resumos expandidos, artigos com acesso restrito, pagos ou incompletos, e que a distinção de finanças pessoais e empresariais em empresa de grande porte.

A seleção dos artigos ocorreu de forma criteriosa durante o processo de busca, a partir da leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave, com o objetivo de identificar produções que dialogassem com a proposta do estudo, que ocorreu de forma simples, sem a adoção de uma estratégia de busca refinada. Assim, a escolha baseou-se principalmente na identificação de conteúdo que tratasse explicitamente da separação ou da junção entre finanças pessoais e empresariais.

Não houve delimitação quanto ao tipo de metodologia adotada nas pesquisas analisadas, o que facilitou a busca, e uma vez que o propósito era reunir diferentes abordagens teóricas e empíricas que discutissem, de maneira consistente, a separação ou a junção das finanças pessoais e empresariais. Assim, foram incluídos artigos de revisão, estudos de caso, trabalhos empíricos e produções acadêmicas diversas, desde que apresentassem conteúdo aderente ao tema.

A escolha por não ampliar excessivamente o escopo da busca justifica-se pelo fato de que o objetivo do artigo não é esgotar todas as perspectivas existentes na literatura, sobretudo porque o tema já se encontra amplamente discutido e os estudos tendem a convergir para os mesmos fatores, causas e repercussões. A partir desses critérios, foram selecionados os doze

trabalhos mais pertinentes, que serviram de base para a análise e discussão desenvolvidas ao longo do estudo.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente estudo, foram analisados 12 artigos científicos diretamente relacionados ao tema da separação e/ou junção entre finanças pessoais e empresariais, os quais tratam de forma explícita e exclusiva das consequências gerenciais, contábeis e econômicas dessa prática nas micro e pequenas empresas. Optou-se por priorizar estudos mais recentes, especialmente aqueles publicados entre 2019 e 2025, em virtude da dinamicidade do ambiente econômico brasileiro e das transformações ocorridas no contexto empresarial nos últimos anos.

Além disso, a escolha por estudos atuais justifica-se pela evolução do perfil do empreendedor brasileiro, que passou a enfrentar desafios diferentes dos observados em décadas anteriores, principalmente no tocante à formalização, à profissionalização da gestão e à relação com o sistema financeiro.

Assim, nesta seção, busca-se esboçar de forma objetiva os principais impactos decorrentes da junção entre finanças pessoais e empresariais, conforme evidenciado nos estudos analisados. O Quadro 1 a seguir apresenta uma síntese desses impactos, suas respectivas repercussões na gestão financeira das micro e pequenas empresas e as fontes teóricas que fundamentam cada achado.

Quadro 1 – Impactos e repercussões da junção entre finanças pessoais e empresariais nas micro e pequenas empresas

<b>Impacto identificado</b>	<b>Repercussões desse impacto</b>	<b>Fontes</b>
Perda do controle financeiro da empresa	Dificulta a mensuração do lucro real, gera desorganização nos relatórios contábeis e inviabiliza o acompanhamento do desempenho econômico. O empreendedor perde a noção do resultado do negócio, comprometendo o processo decisório.	Hugentobler; Heidrich, 2020. Camilo; Sprenger, 2023. Costa, 2022. Magalhães; Do Amaral; Rodrigues, 2020. Rodrigues <i>et al.</i> , 2024. Sebrae, 2021.
Falta de transparência e credibilidade contábil	Gera desconfiança de investidores, instituições financeiras e parceiros comerciais, dificultando a captação de recursos e a formalização de parcerias.	Rodrigues <i>et al.</i> , 2024. Camilo; Sprenger, 2023. Sebrae, 2021. Cassiolato, 2022.
Pró-labore irregular e retiradas indevidas	Provoca desequilíbrio no fluxo de caixa, comprometendo o capital de giro e a capacidade de reinvestimento. A ausência de política de remuneração fixa ao sócio afeta a liquidez e a previsibilidade das finanças.	Magalhães; Amaral; Rodrigues, 2020. Costa, 2022. Hugentobler; Heidrich, 2020. Fidelis; Moraes, 2025. Jesus, 2025.
Distorção na precificação e nos demonstrativos financeiros	Resulta em decisões equivocadas sobre preços, custos e investimentos, levando à subavaliação dos produtos e à falsa percepção de rentabilidade.	Cassiolato, 2022. Camilo; Sprenger, 2023. Costa, 2022. Catarino; Santos; Silva, 2020.
Endividamento e confusão patrimonial	Empréstimos pessoais usados para custear despesas empresariais e vice-versa geram	Costa, 2022. Hugentobler; Heidrich, 2020. Rodrigues <i>et al.</i> , 2024. Jesus, 2025. Sebrae, 2021.

	sobreposição de dívidas e comprometem a saúde financeira do empreendedor e da empresa.	
Problemas fiscais e legais	Mistura de contas pessoais e empresariais pode despertar suspeitas de irregularidades pela Receita Federal, resultando em autuações, multas e sanções legais.	Hugentobler; Heidrich, 2020; Sebrae, 2021; Rodrigues <i>et al.</i> , 2024.
Falta de planejamento e educação financeira	Impede a elaboração de estratégias de crescimento, orçamentos e reservas de emergência. Demonstra carência de alfabetização financeira e de profissionalização da gestão.	Canton; Barichello, 2019; Jesus, 2025; Fidelis; Moraes, 2025; Camilo; Sprenger, 2023; Catarino; Santos; Silva, 2020.
Abalo na imagem e na governança empresarial	A ausência de controle formal e de práticas financeiras organizadas compromete a reputação e a legitimidade do empreendimento no mercado.	Cassiolato, 2022. Camilo; Sprenger, 2023. Rodrigues <i>et al.</i> , 2024. Costa, 2022; Sebrae, 2021.

Fonte: Adaptado do autora (2025)

De modo geral, os 12 estudos inseridos na tabela apresentaram convergência teórica, concordando quanto aos impactos negativos da mistura entre finanças pessoais e empresariais. Não foram observadas divergências conceituais relevantes, apenas variações quanto à ênfase dada aos efeitos fiscais ou comportamentais. Entre os impactos mais recorrentes, destacam-se a perda do controle financeiro, a confusão patrimonial e o endividamento, mencionados pela totalidade dos autores como fatores centrais que comprometem a sustentabilidade das micro e pequenas empresas.

Considerando os impactos e repercussões identificados, é importante e acima de tudo, necessário, que os empreendedores adotem boas práticas de gestão financeira para promover a separação entre as finanças pessoais e empresariais. Segundo Fidelis e Moraes (2025) e Sebrae (2021), a criação de contas bancárias segregadas e a definição de uma política de pró-labore fixa são medidas para preservar o equilíbrio financeiro e assegurar a transparência das operações.

Além disso, a elaboração de um orçamento empresarial estruturado, associado a rotinas de controle de fluxo de caixa e análise de indicadores de liquidez e rentabilidade, conforme preconiza Rodrigues *et al.* (2024), contribui para decisões mais racionais e previsíveis, fortalecendo a governança financeira.

Canton e Barichello (2019) abordam sobre a criação de fundos de reserva, também denominados “colchões de liquidez”, e no estabelecimento de metas de capital de giro, que garantem maior resiliência diante de crises e sazonalidades do mercado.

Cassiolato (2022) e Camilo e Sprenger (2023) destacam ainda o uso de ferramentas como planilhas eletrônicas e softwares de gestão de baixo custo, que permitem ao empreendedor monitorar entradas, saídas e margens de lucro com eficiência. A formalização de empréstimos entre o sócio e a empresa, por meio de contratos ou notas internas, também é recomendada para manter a integridade contábil e evitar a confusão patrimonial.

No âmbito das estratégias de educação e profissionalização, autores como Jesus (2025) e Canton e Barichello (2019) defendem o fortalecimento de programas de educação financeira voltados a empreendedores, como política pública e como prática organizacional contínua.

A atuação da contabilidade consultiva, conforme enfatizam Hugentobler e Heidrich (2020), é utilizada como fator orientador e educativo, ajudando o empresário a interpretar dados financeiros e planejar. Assim, a conjunção entre formação financeira, controle técnico e assessoramento contábil auxilia na profissionalização da gestão e a longevidade das micro e pequenas empresas.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se, ao longo do estudo, que a mistura entre finanças pessoais e empresariais acarreta uma série de impactos que comprometem a gestão financeira, a transparência contábil e a sustentabilidade das micro e pequenas empresas. Entre os principais efeitos identificados estão a perda do controle financeiro, a falta de visibilidade dos gastos, a distorção nos demonstrativos e na precificação, além do desequilíbrio do fluxo de caixa e da redução do capital de giro, que dificultam o planejamento e impedem que o empreendedor compreenda a real situação econômica do seu negócio.

Além disso, verificou-se que a junção de contas provoca endividamento e confusão patrimonial, problemas fiscais e legais, e falta de credibilidade junto a investidores e instituições financeiras, comprometendo o acesso a crédito e a expansão do empreendimento. A ausência de separação também resulta em falta de planejamento pessoal e empresarial, pró-labore irregular, fragilidade na tomada de decisões, redução da capacidade de reinvestimento e até mesmo abalo na imagem e governança empresarial, gerando insegurança e instabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a separação entre as finanças pessoais e empresariais é necessário para a profissionalização da gestão, a preservação da saúde financeira e a longevidade dos pequenos negócios. A implementação de boas práticas administrativas, como contas bancárias segregadas, definição de pró-labore, controle de fluxo de caixa, formação de reservas e adoção de ferramentas de gestão simples, constitui o caminho mais seguro para evitar tais impactos e promover empresas mais organizadas, sustentáveis e competitivas no mercado atual.

Como limitações, reconhece-se que este estudo se restringiu a uma análise teórica e bibliográfica, sem investigação empírica com empreendedores ou observação de práticas financeiras. Pesquisas futuras podem explorar estudos de caso e análises de campo em MPEs, investigando comportamentos, rotinas e percepções dos gestores quanto à separação de

finanças, de modo a ampliar a compreensão prática e propor modelos aplicáveis de educação financeira e controle patrimonial.

## REFERÊNCIAS

BENICIO, Francinildo Carneiro; OLIVEIRA, Francisco Jonathan Araujo; DE SOUSA, Thiago Alberto Viana. Planejamento Tributário nas Micro e Pequenas Empresas-MPEs: um levantamento. **Revista Científica**, p. 110-113, 2017.

BERNARDES, Jefferson Hamilton et al. Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial na administração financeira de Micro e Pequena Empresa. **Corpo Editorial**, p. 54, 2019.

CAMILO, Victória Roussenq; SPRENGER, Kélim Bernardes. Segregação de finanças empresariais e pessoais: importância e prática no ramo hoteleiro de São Francisco De Paula/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 12, n. 1, p. 197-229, 2023.

CANTON, Vanessa Isabel de Marco; BARICELLO, Rodrigo. Nível de alfabetização financeira de empreendedores incubados. **Revista de administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 28-49, 2019.

CASSIOLATO, Joelma Ferreira Silva. A gestão financeira em empreendimentos incubados: um estudo sobre a separação de contas pessoais e empresariais. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 23, n. 2, 2022.

CATARINO, Gabriela Pereira da Silva; DOS SANTOS, Liana Ribeiro; DA GAMA SILVA, Paulo Vitor Jordão. A influência das finanças pessoais na gestão financeira de microempresas Cariocas. **REMIPE-Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, v. 6, n. 2, p. 312-330, 2020.

CFC. Conselho Federal De Contabilidade. **Princípio Fundamentais e Normas brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planeación estratégica**. Mc Graw Hill, 2017.

COSTA, Deborah Pimentel. **Associação de contas pessoais e empresariais no cotidiano de uma microempresa de refrigeração**. 2022. 47 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

DESEN, Marcia. **Finanças pessoais: o que fazer com meu dinheiro**. Editora Trevisan, 2014.

FIDELIS, Matheus Santos; MORAES, Ana Shirley. Gestão financeira em micro e pequenas empresas—desafios e soluções. **Educação Sem Distância-Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya-ISNN digital 2675-9993**, v. 5, n. 1, 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002. HUGENTOBLE, Luiz Guilherme; HEIDRICH, Regina. A importância da dissociação entre as finanças empresariais e as finanças pessoais dos empresários individuais do Município de Taquara/RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE**, n. 13, p. 157-186, 2020.

JESUS, Rita Emanuelle Santos e. **Alfabetização financeira e gestão financeira empresarial: um estudo com Microempreendedores Individuais de Sergipe**. São Cristóvão, 2025. Monografia (graduação em Administração) – Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2025

LEMES, Giovanni Bugni. **Administração financeira**. Clube de Autores, 2017.

LIMA, Fabiano Guasti et al. Valuation of companies in Brazil: a conflict between theory and practice. **Suma de Negocios**, v. 11, n. 24, p. 53-63, 2020.

LUCENA, Rodrigo. **Negócio Sem Roteiro Não Vai Longe: Como o plano de negócios influencia a sobrevivência e o sucesso das micro e pequenas empresas**. Editora Dialética, 2025.

MAGALHAES, Gustavo Ferreira; DO AMARAL, Ana Clara Fonseca; RODRIGUES, Cleyde Cristina. Impactos no fluxo de caixa empresarial com relação a retiradas monetárias superiores ao valor do pró-labore. **Scientia Generalis**, v. 1, n. 2, p. 66-76, 2020.

MELO, Marcos Sarmento. **Gestão financeira por fluxo de caixa: a evolução das finanças para empresas**. Alta Books, 2024.

OCDE. **Internacional Survey of Adult Financial Literacy Competencies**. Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE), 100 p, 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-International-Survey-of-Adult-FInancial-LiteracyCompetencies.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RODRIGUES, Gustavo Gomes et al. **A dissociação de finanças empresariais e pessoas em microempresas**. 2024. 33 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Contabilidade) - ETEC Professor Armando José Farinazzo, Fernandópolis, 2024.

ROSS, Stephen A. et al. Introduction to corporate finance. **Jakarta: Salemba Empat**, 2015.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. Publicado em 29 mar**. Sebrae, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SEBRAE. **Entenda a importância de separar as finanças pessoais e da empresa**. Sebrae, 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/artigos/entenda-a-importancia-de-separar-as-financas-pessoais-e-da-empresa,8e0aa35091d4d710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SEBRAE. Observatório MPE. **Perfil geográfico: Brasil – MPE por porte**. Atualizado em 04 set. 2025. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/brasil?selector829id=porte2&selector237id=\>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SEBRAE. **Pesquisa Perfil MPE – 4ª edição – Maio de 2024**. Sebrae, 2024. Disponível em: [https://sebraepr.com.br/wp-content/uploads/2024/12/PUB\\_-Pesquisa-Perfil-da-MPE-ME-e-EPP-2024.pdf](https://sebraepr.com.br/wp-content/uploads/2024/12/PUB_-Pesquisa-Perfil-da-MPE-ME-e-EPP-2024.pdf). Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA, Alice Luiza da Silva et al. Finanças pessoais: uma análise dos novos microempreendedores individuais da cidade de Ilúna-ES. **Revista Eletrônica Ciência & Tecnologia Futura**, v. 1, n. 2, 2021.

## ANEXO A - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PLÁGIO



### RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

**DISCENTE:** Aline Beatriz da Silva Feliciano

**CURSO:** Administração

**DATA DE ANÁLISE:** 18.11.2025

### RESULTADO DA ANÁLISE

#### Estatísticas

Suspeitas na Internet: **1,75%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet

Suspeitas confirmadas: **1,36%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados

Texto analisado: **91,9%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analizado por Plagius - Detector de Plágio 2.9.6  
terça-feira, 18 de novembro de 2025

### PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente ALINE BEATRIZ DA SILVA FELICIANO n. de matrícula **54096**, do curso de Administração, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 1,75%. Devendo a aluna realizar as correções necessárias.



Assinado digitalmente por: POLIANE DE AZEVEDO  
O tempo: 18-11-2025 14:39:13,  
CA do emissor do certificado: UNIFAEMA  
CA raiz do certificado: UNIFAEMA

**POLIANE DE AZEVEDO**  
**Bibliotecária CRB 1161/11**  
Biblioteca Central Júlio Bordignon  
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA